



1
2
3
4
5
6 **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**
7 **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**
8

9 **ATA DA VI REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**
10 **REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2004**
11

12 Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta e cinco
13 minutos, na sala de eventos da cobertura do Hotel Aracoara, situado no Setor Hoteleiro
14 Norte, Quadra 05, Bloco C, Asa Norte, Brasília-DF, reuniram-se as integrantes do Conselho
15 Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), para tratar da seguinte pauta: 1) Leitura e
16 aprovação da ata da reunião anterior; 2) Avaliação da I Conferência Nacional de Políticas
17 para as Mulheres e das diretrizes aprovadas; 3) SPM e Agenda Internacional; 4) Pendências
18 regimentais e o caso Lena Lavinas. Estiveram presentes as seguintes Conselheiras
19 representando a Sociedade Civil: I) Schuma Schumacher; II) Nilza Iraci Silva; III)
20 (Suplente) Maria Diva de Pinho Oliveira IV) Maria Ednalva Bezerra de Lima; V) Márcia
21 de Campos Pereira; VI) Raquel Felau Guisoni VII) Ana Luisa Fernandes Gonçalves; VIII)
22 Suplente Iria Martins; IX) Maria Noeli dos Santos; X) (Suplente) Dalva Maria Thomaz
23 Rocha; XII) (Suplente) Helena Ribeiro da Silva; XIII) Eline Jonas; XIV) Ana Maria Silva
24 Soares; XV) Nalu Faria Silva; XVI) Clara Charf; XVII) Albertina de Oliveira Costa.
25 Conselheiras Governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire e a Secretária Adjunta Maria Laura
26 Sales Pinheiro; II) Maria José de Oliveira Araújo; III) Rosylane Doris de Vasconcelos,
27 representando Lúcia Helena Lodi; IV) Denise Antonia de Paula Pacheco; V) Rita de Cássia
28 Munk; VI) Dulcineia Miranda, representando Flávia Gomes Galiza; VII) Hildézia Medeiros;
29 VIII) Renata Leite, representando Andréa Lorena Butto Zarzar. A **Ministra Nilcéa Freire**,
30 deu início à reunião cumprimentando as Conselheiras e apresentando a proposta de pauta,
31 ressaltando a intenção de sempre se ter um tema de conteúdo para o Conselho discutir, no
32 caso desta reunião a agenda internacional da Secretaria, e incentivando as conselheiras para
33 que passem a propor temas para que o Conselho possa fazer discussões substantivas. Passou
34 então a palavra para Sonia Malheiros Miguel, coordenadora da agenda Internacional da
35 SPM. **Sonia Malheiros** apresentou o relatório já distribuído para as conselheiras, com o
36 levantamento das atividades da SPM junto a organismos internacionais: ONU, OEA,
37 Mercosul e seus mecanismos, destacando que pela primeira vez uma brasileira, Sílvia
38 Pimentel, participa do comitê Cedaw. Lembrou o papel da SPM de implementar as políticas
39 traçadas pelas grandes conferências internacionais (Viena, Cairo, Beijing, Durban)
40 acrescentando que nos fóruns internacionais há posições conservadoras, que querem rever os
41 compromissos das conferências, e posições mais democráticas que defendem a reafirmação
42 dessas conferências. Salientou ainda que vários países têm hoje mecanismos institucionais
43 de defesa dos direitos das mulheres, e que a relação da SPM com esses organismos tem sido
44 nos fóruns regionais e globais, havendo contudo a perspectiva de estreitar relações com
45 alguns deles diretamente, especialmente os da América Latina, destacando que a
46 transversalidade da perspectiva de gênero também está sendo incorporada em outros países.
47 Lembrou que a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres também tratou do
48 cenário internacional, no sentido de monitoramento e implementação dos acordos
49 internacionais assinados pelo Brasil. Destacou ainda que o Brasil se relaciona de forma
50 autônoma e independente no cenário internacional: dialogamos positivamente no tema da

51 violência contra a mulher e enfrentamos um embate político em temas como direitos
52 reprodutivos e livre orientação sexual, salientando que a SPM expressa posição do Governo
53 de afirmação de direitos humanos. A **Ministra Nilcéa** acrescentou que o trabalho na área
54 internacional tem a dimensão de ser uma atuação independente e propositiva, reafirmando o
55 papel que o governo Brasileiro vem assumindo de liderança progressista no continente e
56 também permitindo que esses espaços de discussão internacional possam ter reflexo positivo
57 para dentro da cena nacional, garantindo os avanços que têm sido obtidos nos acordos e
58 convenções internacionais. Para este trabalho a SPM contou com o apoio decisivo do
59 Ministério das Relações Exteriores, tendo tido como parceiro o Embaixador Tadeu
60 Valadares, agora substituído pela Ministra Maria Luiza Viotti. A SPM está pautando para a
61 reunião de novembro da REM, Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul, a discussão
62 do ingresso de organizações não-governamentais nas suas reuniões, afirmando a posição
63 favorável do Brasil por entender que os fóruns têm que ser abertos à participação da
64 sociedade civil, devendo os Conselhos também ter participação nestes fóruns. **Maria José**
65 **Araújo(Ministério da Saúde)** informou que o Brasil apresentou documento para a
66 Comissão de Saúde Sexual do Mercosul., um trabalho realizado em parceria do Ministério
67 da Saúde com a SPM, intitulado “Saúde Sexual e Reprodutiva: uma Política para o
68 Mercosul”. O Brasil tem a coordenação da comissão, e o documento, considerado avançado
69 nas posições e na proposta de participação da sociedade civil, foi aprovado. Acrescentou que
70 a próxima reunião dos ministros do Mercosul, onde a Comissão estará presente, será no
71 Brasil em 29/30 de novembro. **Hildézia Medeiros/MDS** considerou um avanço se discutir
72 a agenda internacional, sugerindo que dentro desta dimensão se trabalhe também uma
73 interlocução com a Comissão de Países de Língua Portuguesa, como espaço de cooperação,
74 onde o Brasil tem influência. **Maria Ednalva/CUT** observou que, dentro dos organismos do
75 Mercosul, o Observatório do Mercado de Trabalho possui seções em cada país, realizando
76 pesquisas de mercado de trabalho, acrescentando que inexplicavelmente a pesquisa feita na
77 seção do Brasil não tem considerado a questão de gênero. Observou ainda que em alguns
78 fóruns internacionais a participação das mulheres ainda é reduzida, dando como exemplo a
79 OIT. Lembrou que o Brasil é signatário de duas convenções da OIT muito importantes para
80 as mulheres, a convenção 111 (que trata de formas de discriminação no trabalho) e a 100
81 (sobre orientação sexual). Acrescentou que o Brasil apresentou no Mercosul uma proposta
82 sobre a livre circulação de trabalhadores e trabalhadoras, que ainda não foi assinado pelos
83 outros países, lembrando que isto pode ser conseguido com o importante trabalho que a SPM
84 vem desenvolvendo na área internacional **Nilza Iraci/Articulação de Ongs de Mulheres**
85 **Negras Brasileiras** destacou a participação de mulheres negras em atividades internacionais,
86 lembrando que a Articulação tem integrado a delegação oficial do governo brasileiro. Na
87 reunião da Cepal, no México, com representantes da América Latina e Caribe, Nilza foi
88 eleita como representante da América Latina, salientando que é a primeira vez que uma
89 mulher negra tem esta representação. Aponta a importância de se montar agenda preparatória
90 para Beijing + 10, em março/2005, no sentido de se impedir que as posições mais
91 conservadoras apontem um retrocesso em relação aos direitos que já foram conquistados.
92 Pergunta então como nós podemos preparar uma celebração, comemorando e reafirmando as
93 conquistas, num trabalho em conjunto SPM e a sociedade civil. Reafirmou que foi
94 fundamental a participação das mulheres do Brasil e elogiou o protagonismo da Ministra
95 Nilcéa e o trabalho junto com a sociedade civil. Concluiu dizendo que a participação do
96 Brasil tem estimulado delegações de outros países a incluir feministas nas suas delegações
97 oficiais. **Schuma Schumacher(AMB)** considerou-se contemplada pela fala da Nilza,
98 enfatizando a preocupação de se ter uma estratégia conjunta sociedade civil/governo para
99 Beijing+10 para enfrentar os setores mais conservadores. Acrescentou outro ponto: nos
100 prepararmos para outro evento no próximo ano, a semana Brasil/França. Parabenizou a SPM

101 pela preparação do documento sobre a área internacional **Dalva Rocha (Fórum de**
102 **Mulheres do Mercosul)** parabenizou a SPM pela elaboração do documento da área
103 internacional, e lamentou não ter tido representante na reunião do Mercosul, entendendo que
104 a data coincidiu com a da última reunião do Conselho. Perguntou se é possível ter um
105 documento de identificação de membro do CNDM, uma “carteirinha”, para que as
106 conselheiras não recebam nenhum questionamento em relação à defesa das mulheres nos
107 seus estados. **Eline Jonas(União Brasileira de Mulheres)** encaminhou sugestão: assim
108 como as embaixadas do Brasil promovem atividades que divulgam a cultura brasileira no
109 exterior, fazer uma solicitação ao Ministério das Relações Exteriores para que sejam
110 programadas atividades que divulguem a realidade da mulher brasileira e suas lutas.
111 Parabenizou a SPM pela elaboração do relatório da área internacional e indagou, sobre o
112 item IV (“Pontos de diálogo e tensões”) até que ponto o governo tem condição de sustentar
113 posicionamento baseado no movimento social, em relação a assistência à saúde, interrupção
114 voluntária da gravidez e livre orientação sexual. **Maria José (Min. Saúde)** ofereceu
115 material sobre a Comissão de Direitos Sexuais e Reprodutivos do Mercosul, destacando ter
116 sido encaminhado documento à Comissão de Desenvolvimento recomendando que as
117 questões de gênero sejam incluídas em todas as demais comissões daquele organismo. Sobre
118 a sugestão da “carteirinha” do CNDM, diz que no antigo Conselho tinha, e serviu num caso
119 em que precisou intervir em delegacia no interior da Bahia: foi a “carteirada do bem”. **Nalu**
120 **Faria (Marcha Mundial das Mulheres)** salientou a necessidade de se ter uma estratégia
121 para o trabalho na área internacional, considerando-se a multiplicidade de organismos e a
122 demanda de trabalho a realizar, lembrando também a necessidade de nos prepararmos para o
123 próximo Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005. Destacou a necessidade de se discutir
124 as questões da OMC (Organização Mundial de Comércio), buscando uma outra lógica do
125 comércio internacional que não permita o acesso a mercados em troca de serviços. Concluiu
126 pedindo informações sobre a relação com a Comissão de População e Desenvolvimento.
127 **Márcia Campos (Confederação das Mulheres do Brasil)** congratulou-se com a SPM e o
128 Conselho pelo debate, que nos deu a dimensão da atuação do Brasil na área internacional,
129 lembrando que o fato de as entidades serem convidadas a contribuir na formulação das
130 políticas é uma conquista. Parabenizou também o governo, pois ao integrar as ações da
131 sociedade civil, é um exemplo para os outros países. Sobre Beijing + 10, salientou que
132 devemos identificar de onde vem a tentativa de retrocesso, afirmando que nesses 30 anos de
133 movimento de mulheres, nosso país tem sido exemplo, ao superar as dificuldades e respeitar
134 o trabalho das companheiras. **Ana Maria Soares(Rede Nacional Feminista)** parabenizou a
135 SPM pelo trabalho nos acordos internacionais destacando a importância da participação da
136 representação da sociedade civil nas conferências internacionais. Reforçou a necessidade da
137 identificação (carteirinha) nos espaços que as conselheiras ocupam, para o exercício do
138 controle social. **Clara Charf** identificou o avanço que representa o Conselho discutir
139 política internacional, lembrando que é preciso formar quadros para esse trabalho. Sugeriu
140 que se produza material, por exemplo uma cartilha para nossas militantes poderem explicar
141 nas suas bases, pois muitas mulheres não conhecem as siglas, afirmando que a luta do
142 Presidente Lula para fortalecer o Mercosul tem que ser acompanhada pelas mulheres.
143 Informou sobre o projeto 1000 Mulheres para o Premio Nobel da Paz/2005, destacando que
144 no Brasil chegou-se a uma cota enorme: 262 biografias completas e acrescentou que, como
145 1975 foi Ano Internacional da Mulher, devemos comemorar no ano que vem 30 anos deste
146 evento. **Maria Ednalva/CUT** agradeceu o trabalho desenvolvido pela SPM na área
147 internacional, destacando a importância do Mercosul na integração regional. Acrescentou
148 que o Ministério do Trabalho criou uma comissão tripartite (governo, empresários e
149 trabalhadores) para a questão de igualdade de oportunidade de gênero e raça. Como
150 integrante desta comissão, participou de Seminário na Argentina que proporcionou discussão

151 interessante sobre a participação das mulheres nas estruturas de trabalho. Concluiu
152 acrescentando que a cartilha sobre a área internacional proposta pela conselheira Clara Charf
153 é uma necessidade do movimento sindical. **Dulcineia Miranda (Ministério da Cultura)**,
154 representando a Assessora Técnica Flavia Galiza, informou sobre a Semana do Brasil na
155 França: a Secretaria de Articulação Internacional do Ministério da Cultura está organizando
156 a programação, que vai durar todo o ano, sugerindo que seja agendada uma reunião da
157 SPM/Conselho com esta Secretaria do Minc para participação no evento. **Raquel**
158 **Guisoni/CNTE** considerou o relatório apresentado bastante enriquecedor, destacando que
159 nossas tarefas não se limitam ao Brasil. Pediu esclarecimento sobre o trabalho com a
160 Unesco, dada a importância da questão educacional. Anunciou que 28 de setembro é Dia
161 Interamericano pela Descriminalização do Aborto, e indagou como podemos participar.
162 Sobre as próximas eleições, ressalta a importância da participação política da mulher, e
163 sugere reunir as eleitas em Brasília. **Ministra** passou para a aprovação da ata da reunião
164 anterior do CNDM (aprovada por unanimidade) e apresentação da nova colaboradora da
165 SPM para o Conselho, Susana Cabral. Informou sobre o relatório realizado pela SPM com o
166 IPEA e a UNIFEM sobre o Objetivo 3 dos Objetivos do Milênio, ressaltando que a questão
167 da mulher está presente em todos, direta ou indiretamente, a começar pelo primeiro, uma vez
168 que 70% dos que vivem abaixo da linha de pobreza no mundo são mulheres. Em seguida, fez
169 um relato sobre a participação da SPM na Unctad em SP, onde participou de uma Mesa
170 sobre “Gênero e Comércio Exterior”, e esclareceu sobre a Comissão de População e
171 Desenvolvimento, atualmente em momento de composição de seus membros e onde a SPM
172 quer ter participação. Sobre os limites políticos da atuação da SPM, observou que na relação
173 do governo com o movimento social não há ambigüidade. Juntamente com a ministra
174 Matilde, no México, teve o privilégio de representar o Brasil com liberdade de ação,
175 enquanto outras representantes estavam sob pressão dos seus países, salientando que isto
176 corresponde a uma política do governo brasileiro. Lembrou que a campanha pela legalização
177 do aborto é papel da sociedade civil e não do governo, enfatizando que num espaço público
178 não há posições pessoais. Ministra deixou como proposta para dinamização do Conselho a
179 criação de câmaras temáticas com reuniões específicas, dando como exemplo de tema a
180 cooperação em ações internacionais. Acrescenta que internamente a Secretaria está se
181 organizando em torno de 4 temas (Trabalho, Educação, Saúde e Violência), o Conselho pode
182 acompanhá-los para a criação das câmaras temáticas. **Sonia Malheiros(SPM)** esclareceu
183 que o levantamento apresentado no relatório está em processo de pesquisa, devendo ser
184 aperfeiçoado e permanentemente complementado. Acrescentou que como a demanda é
185 grande, não se pode participar de todos os fóruns de forma contundente, portanto há que
186 priorizar. Ressalta a importância do Conselho para ajudar a definir prioridades. **Intervalo**
187 **para almoço. Retorno às quatorze horas e vinte minutos.** **Ministra** abriu a segunda parte
188 com o informe sobre o vídeo apresentado na Conferência, que foi apresentado pela SPM às
189 conselheiras. Passou a palavra para Ângela Fontes, da Subsecretaria de Planejamento de
190 Políticas para as Mulheres da SPM, para falar sobre os encaminhamentos para a elaboração
191 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Ângela Fontes/SPM** informou que os
192 resultados da Conferência estão na página da SPM na Internet, e que haverá a publicação dos
193 “Anais da Conferência”. Em 26 de agosto foi instalado o Grupo de Trabalho, que fará
194 reuniões semanais. As representantes dos Ministérios estão levantando o que já está
195 contemplado nas suas áreas, identificando as ausências e discutindo como implementar as
196 políticas, acrescentando que a estrutura do plano parte das políticas gerais para o
197 detalhamento de um plano de ação governamental. **Ministra** esclareceu que a primeira
198 reunião formal do Grupo de Trabalho seria no dia seguinte, esclarecendo que o GT tem que
199 tomar as diretrizes da Conferência e transformá-las em políticas públicas para as três esferas
200 de governo e que a esfera federal vai pactuando com estados e municípios, devendo o

201 trabalho estar pronto até o final do ano. **Clara Charf** relatou caso de companheira militante
202 que disse não saber ler/escrever bem, nem fazer projetos, lembrando que temos que assumir
203 o compromisso de alfabetizar todas as mulheres adultas. **Albertina Costa** destacou que a
204 Conferência expressou a mobilização da sociedade civil, daí a importância de se ter um
205 plano de ação com metas definidas. Apontou conflitos entre as aspirações da sociedade civil
206 e as políticas do governo (ex: aborto) e indagando o que é realmente o Plano. **Ministra**
207 esclareceu que a Conferência se fez no seu processo, foi amadurecendo, afirmando não ver
208 conflito entre as políticas propostas pela Conferência e as do governo e acrescentando que o
209 objetivo é a elaboração de uma política atemporal, de estado, e não de governo.
210 **Rosylane/MEC** informou, sobre a proposta de alfabetização de mulheres adultas feita por
211 Clara, que dentro do Mec há o programa de alfabetização, com ações concretas, prioridades,
212 prazos e recursos. **Márcia Campos/CMB** comunicou que o projeto Habitar recebeu prêmios
213 (mães/chefes de família construindo moradias) destacando que as mulheres se organizam
214 para tarefas masculinas. **Dalva Thomaz/Fórum de Mulheres do Mercosul** falou sobre a
215 alfabetização de mulheres como uma questão de cidadania, ressaltando a importância de
216 projetos com os conselhos estaduais e municipais. **Ministra** esclareceu que no programa
217 Brasil Alfabetizado as mulheres são maioria em todas as turmas. A Conselheira **Maria**
218 **Ednalva/CUT** considerou a avaliação do processo da Conferência como fundamental,
219 destacando a importância do diálogo entre governo e sociedade na construção conjunta das
220 políticas públicas. Agradeceu a confiança nela depositada pela representação do Conselho no
221 GT. **Nalu Faria/Marcha Mundial das Mulheres** destacou que na Conferência houve um
222 salto de qualidade do debate em relação às conferências estaduais e que se deve manter o
223 debate, a partir da SPM e do Conselho. **Maria José/Min.da Saúde** observou durante a
224 Conferência que há mulheres interessadas dentro do governo, o que facilita a aplicação do
225 plano. Indagou quais são os mecanismos de acompanhamento e avaliação, lembrando que,
226 sendo um país de dimensões continentais, devemos trabalhar por exemplo com as Forças
227 Armadas, na preocupação de que o Plano seja executado. Passado este ponto, a Ministra
228 propôs encaminhar as alterações regimentais, passando a palavra para a Secretária Adjunta,
229 **Maria Laura Sales Pinheiro**, que esclareceu que a Casa Civil considerou que não há
230 impedimento para a inclusão da OAB. Sobre a substituição da representante da Associação
231 Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, feita a consulta à assessoria jurídica da
232 Presidência, ficou esclarecido que cabe às entidades indicarem suas próprias representantes,
233 acrescentando que a SPM tem o mesmo entendimento. Para estas mudanças será feita a
234 alteração dos decretos de estruturação e composição do CNDM . **Ministra** encaminhou as
235 modificações para o referendado do Conselho, já que havia sido debatida e aprovada em
236 reunião anterior a inclusão da OAB (especificamente a Comissão Nacional da Mulher
237 Advogada). Na votação, foram registrados 12 votos a favor, 2 contrários e 5 abstenções .
238 Além disso, foi aprovado por unanimidade o entendimento de que a representação no
239 Conselho é definida pela entidade. **Schuma Schumacher/AMB** fez um relato, a pedido da
240 Ministra, do caso Lena Lavinhas: economista feminista, hoje professora da UFRJ, que quando
241 ocupava cargo na OIT, em Genebra, sofreu assédio moral por seu superior; fez a denúncia e
242 sofreu muitas pressões. Depois de 3 anos o Tribunal Administrativo das Nações Unidas deu
243 ganho de causa para ela. Lena afirmou que só teve sucesso por que havia um acordo dentro
244 da OIT, mas este acordo foi suspenso. Schuma sugeriu então que seja feito um
245 encaminhamento ao Secretário-Geral Kofi Annan manifestando nossa indignação. **Ministra**
246 acrescentou que a tramitação do processo foi longa, e que a SPM e a SEDH fizeram gestões
247 de apoio através de documento em março de 2003, sugerindo que o Conselho se manifeste
248 sobre o caso. A conselheira Schuma foi indicada para redigir um documento que será
249 submetido às conselheiras por e.mail, e posteriormente encaminhado para o Ministério das
250 Relações Exteriores como posição do Conselho e da Secretaria. A seguir, a Ministra passou

251 à questão da anencefalia: liminar do Ministro Marco Aurélio Mello, do STF autorizou
252 mulheres grávidas de fetos com anencefalia a interromperem a gestação; STM fez
253 documento sobre o caso, acrescentando que os Conselhos da OAB e de Direitos Humanos
254 apoiaram a liminar, com base no documento apresentado pela STM na ocasião. Em seguida,
255 consultou se o CNDM também referenda o documento, já distribuído para as conselheiras.
256 **Ana Luisa/Mulheres de Negócios** elogiou o documento da Secretaria, manifestando
257 orgulho de fazer parte do Conselho. **Maria José/ Min. Saúde** informou que o Ministério da
258 Saúde divulgou nota técnica para cumprimento da liminar sobre antecipação do parto de
259 fetos anencéfalos, acrescentando que o ministério tem recebido pressões. **Ministra** destacou
260 a importância do Conselho e da SPM apoiarem as posições avançadas que o Min. da Saúde
261 está tomando. Em seguida, encaminhou a votação, sendo o texto aprovado por unanimidade.
262 Sobre a denúncia de violência sexual encaminhada pela conselheira Ana, Ministra sugeriu
263 que seja oficialmente encaminhada à SPM, o que foi acatado. Em seguida, a Ministra faz
264 algumas comunicações: 1)lançamento do Manual de Valorização da Mulher para as
265 Empresas, pelo Instituto Ethos, dia 1.9, em São Paulo - 2) Campanha da violência contra a
266 mulher em novembro: cartazes, filmete na TV, campanha nacional – Conselho pode sugerir
267 formas do lançamento nacional -3) Seminário e Oficina “Intersecção das Desigualdades de
268 Raça e Gênero: Implicações para as Políticas Públicas e os Direitos Humanos” – dias 13 e 14
269 no Rio, promoção O Globo, IBAM,SPM,SEPPIR, propondo a participação de 3
270 conselheiras. Apresentaram-se Eline Jonas, Nilza Iraci e Maria Noeli. Para concluir, Ministra
271 sugeriu que seja feita uma consulta por e.mail sobre as comissões temáticas, e encerrou a
272 reunião. O encontro foi gravado em fita cassete. Depois de lida e aprovada a Ata, ela será
273 assinada pela presidenta do CNDM e pelas demais Conselheiras para que se produza o seu
274 efeito legal.

275

276

277

278